

# **EJA, mundo do trabalho e o direito à educação em tempos de pandemia**

*Danielle Grace de Almeida  
Daniela Amaral Silva Freitas*

**09**

## Introdução

**A** Janela de Diálogo 6 – EJA, mundo do trabalho e o direito à educação em tempos de pandemia, coordenada pelo professor Alexandre Aguiar, reuniu três convidados/as para debater o tema em pauta a partir de perspectivas diferentes para se pensar a Educação de Jovens e Adultos (EJA). O coordenador abriu a Janela refletindo sobre a relação da Universidade com a EJA. Ressaltou que, apesar dessa modalidade de educação ser objeto de projetos de extensão e pesquisa, ainda é necessário que esteja mais presente no ensino, com a inserção da discussão em toda as licenciaturas. O primeiro convidado a falar foi o professor Alessandro Augusto de Azevedo, do Departamento de Práticas Educacionais e Currículo do Centro de Educação da UFRN, que, sob a ótica de um pesquisador da área e militante da causa, trouxe reflexões sobre os desafios de acesso e a permanência dos/as alunos/as da EJA no ensino formal. Em seguida, a professora da EJA e atual Chefe do Setor de Educação de Jovens e Adultos da Secretaria Municipal de Educação de Natal, Heloísa de Melo Cruz Alves, apresentou reflexões sobre sua experiência com o currículo integrado do Programa Nacional de Inclusão de Jovens – Projovem Urbano. Por fim, Tatiane Ribeiro, coordenadora pedagógica da Rede Emancipa, movimento social de educação popular, falou sobre os desafios e as estratégias para se dar continuidade aos cursinhos populares pré-universitários, voltados para estudantes de escolas públicas, em tempos de pandemia.

### **Do encontro do aluno com a escola à sua permanência: um desafio constante para a EJA**

O professor e pesquisador Alessandro Azevedo inicia sua participação na Janela pontuando que sempre lutou para assegurar o direito à Educação de Jovens e Adultos pouco ou não escolarizados e ressaltou que, com a instalação da pandemia de Covid-19, os desafios se tornaram ainda maiores. Para ilustrar essa luta, apresentou dados estatísticos que mostram como ainda é grande o número de pessoas com mais de 25 anos sem instrução ou com educação básica incompleta. De acordo com os dados do IBGE, de 2019, havia mais de dois milhões de pessoas nessa situação, sendo que 49% dessa população não tinha o Ensino Fundamental completo. Diante de dados tão alarmantes, o professor questiona a resposta que as redes de ensino têm dado para acolher essa demanda e volta-se para a análise dos números de alunos matriculados na EJA no Rio Grande do Norte.

Pontua que a matrícula pode ser compreendida como o encontro do aluno com a escola e questiona quem vai ao encontro de quem. Aponta que esse encontro de pessoas com pouca ou nenhuma escolarização com a escola é mais provocado pelo desejo dos alunos de estudarem do que por um movimento das redes para que eles de fato ingressem no sistema formal de ensino. Exemplifica salientando que são poucas as ações voltadas a esse público realizadas pelo estado do RN e que quase não há divulgação delas.

Em seguida, destaca o marco para a EJA, da instituição do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FUNDEB), em 2007, que passou a ser uma das modalidades que recebe recursos públicos do fundo. Apesar dessa conquista, a tendência demonstrada por Alessandro

é uma queda no número de matrículas. Na rede estadual do RN, passaram-se cerca de 50 mil alunos matriculados em 2007 a 30 mil alunos matriculados em 2018. Nas redes municipais do estado, observa-se um movimento semelhante: havia em torno de 50 mil alunos matriculados em 2007 e passou-se a 34 mil, em 2018. O professor traça então uma reflexão sobre a capacidade de recepção da demanda por parte dos sistemas. Mostra que, em 2018, havia uma demanda potencial de 1.282.000, considerando a população com mais de 25 anos. No entanto, o total de matrículas realizadas na educação básica nas redes foi de 63.693, isto é, houve o atendimento de apenas 5% dessa demanda, o que evidencia que o direito à educação não é para todos.

Esse quadro se torna ainda mais crítico, segundo o pesquisador, quando se constata que o público da EJA é o mais atingido pelos desdobramentos do maior problema social da crise econômica decorrente da pandemia, o desemprego, e que portanto, torna-se um grande desafio, do ponto de vista pedagógico e da política educacional, dar conta de receber e promover esses sujeitos. Assevera ser indispensável para se pensar e fundamentar ações e práticas voltadas à EJA, tanto para professores como para gestores, partir-se do pressuposto da estreita relação desses sujeitos com o mundo do trabalho (seja pela falta do trabalho ou por serem trabalhadores) e com outras dimensões da vida. Ressalta que as especificidades dos sujeitos da EJA é que deveriam definir a identidade pedagógica da modalidade e que se trata de modalidade, justamente, por ser voltada a um público específico, distinto do público do ensino regular. Acrescenta que um dos fatores que ca-

racteriza essa modalidade é estar a serviço da reparação de direitos e de uma formação com qualificação e equidade para os sujeitos atendidos. Conclui sua fala nos exortando a defender uma educação voltada para pessoas jovens e adultas que promova uma qualificação/formação para o “mundo do trabalho” e não para o “mercado de trabalho” e que ensine este sujeito a refletir de modo crítico sobre a precariedade das condições de trabalho, de modo que torne um cidadão trabalhador e não a vender seu trabalho ao mercado.

### **Em defesa de um currículo integrado, que englobe diferentes dimensões da vida dos sujeitos da EJA**

Heloísa Alves tece suas reflexões a partir de três lugares institucionais que ocupou e ocupa: professora da Educação de Jovens e Adultos pela Prefeitura Municipal de São Gonçalo do Amarante-RN; coordenadora geral do Programa Nacional de Inclusão de Jovens - PROJovem URBANO, Edição Especial - 2017 no Município de Natal-RN; Chefe do Setor de Educação de Jovens e Adultos da Secretaria Municipal de Educação de Natal. Inicia sua fala caracterizando o perfil dos alunos da EJA: sujeitos que têm precárias condições de trabalho e que vivem um processo de exclusão socioeconômica, cultural, educacional, o que os coloca à margem da sociedade. Enfatiza, portanto, a necessidade de um currículo que dê conta das diferentes dimensões da existência desses sujeitos.

Nessa direção, exemplifica citando o Projovem Urbano, programa “destinado a jovens com 18 a 29 anos residentes em áreas urbanas que, por diversos motivos, foram excluídos da escolarização, com o objetivo de reintegrá-los

ao processo educacional, elevar sua escolaridade e promover sua formação cidadã e qualificação profissional”<sup>1</sup>. Heloísa pontua que, quando se parte de um currículo integrado, como o Projovem, que visa e articula a conclusão do ensino fundamental, a qualificação profissional inicial e experiências de participação cidadã, dá-se conta de abordar diferentes dimensões da vida do aluno da EJA: escolaridade, trabalho e cidadania.

No que se refere à escolaridade, pontua que a EJA traz muitos desafios. O primeiro deles é a matrícula dos alunos, por se tratar de sujeitos que passaram por tantas exclusões sociais que não acreditam que podem estudar. Exemplifica, narrando sua experiência em “garimpar” esses alunos para a escola. Segundo ela, não basta colocar uma faixa na escola que diga “venha estudar”, “de 18 a 29 anos”. É necessário criar outras estratégias para atingir os potenciais alunos e fazer com que voltem à escola, como divulgação por meio de carro de som e abordagem individual na rua. Ressalta, todavia, que, mesmo fazendo tudo isso, há ainda muita evasão e faltas, devido às precárias condições de vida desses alunos. Afirma que escola não pode ser mais um espaço de exclusão, por isso a necessidade de o professor entender essa dimensão da vida dos alunos.

Com relação ao trabalho, afirma a importância de o poder executivo estabelecer parcerias com outras instituições com a finalidade de capacitar o aluno para o mercado de trabalho. Conta então, da sua experiência ao se estabelecer convênios com instituições do Sistema S, como o Serviço Social da Indústria (SESI) e o

1. Informação disponível em: <<https://www.fnnde.gov.br/programas/programas-suplementares/ps-educacao-jovens-e-adultos/ps-projovem-urbano>>. Acesso em 01 nov. 2020.

Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) e universidade, como a UFRN, por meio de palestras e cursos voltados para a formação profissional dos jovens e adultos. Um dos exemplos é o Programa Aprendendo Mais, promovido pela Prefeitura de Natal, em parceria com a UFRN e o SEBRAE, que visa contribuir para a profissionalização, mas também para alfabetização, por meio de uma metodologia freiriana, de pessoas jovens, adultas e idosas.

Com relação à cidadania, reitera a importância de dinamizar o currículo da EJA, para que ele dialogue com as várias dimensões da vida do aluno. Percebe-se, pois, a urgência de se compreender melhor o sujeito atendido, suas demandas, seus desejos, de entender, por exemplo, não apenas os motivos que levam ao absentismo e à evasão, mas quais os motivos que levam os alunos da EJA a frequentarem a escola. Fala da importância de se estabelecer vínculos de afeto entre professor e aluno para que haja um ambiente que favoreça a permanência desses sujeitos na educação. Termina explanando um pouco sobre a formação online de professores para a EJA, que está acontecendo, e que tem, neste momento de pandemia, discutido aspectos socioemocionais e tecnologias de modo a formar o professor para os desafios da EJA em um novo formato, o ensino remoto.

### **Acesso ao Ensino Superior: um direito defendido pela Educação Popular**

Tatiane Ribeiro, educadora popular e coordenadora da Rede Emancipa, relata sua experiência na Educação Popular, em cursinhos pré-vestibulares que objetivam contribuir para que os estudantes de escolas públicas tenham

acesso ao ensino superior, especialmente, às universidades públicas. Destaca-se que a Rede Emancipa está nos lugares da cidade onde se tem a renda per capita mais baixa. Em Natal, os cursinhos acontecem aos sábados em escolas localizadas na Zona Norte, em Mãe Luiza e em Felipe Camarão. A partir dos dados apresentados pelo primeiro convidado – mais de 50% dos jovens e adultos não completaram o Ensino Básico – questiona como ainda é maior a porcentagem de sujeitos que não têm acesso ao ensino superior. Nesse contexto, ressalta a importância da aprovação do FUNDEB sem cortes em 2020, principalmente para a EJA formal, que existe, em grande medida, por ser uma das modalidades financiadas pelo fundo.

O público atendido pela Rede Emancipa é formado por cerca de mil jovens e adultos, em uma faixa etária bastante estendida, que engloba jovens de 17 anos que acabaram de completar o Ensino Médio a homens e mulheres, por volta dos 50/60 anos que, depois de terem criado os filhos, voltam-se para realizar o sonho de se formar em um curso superior. Muitos chegam com a crença equivocada de que a universidade não era para eles. Tatiane ressalta que viver a educação com essas pessoas tem um significado muito importante e reitera que o desafio maior não é apenas entrar para a EJA, mas permanecer. Por isso, defende a necessidade de conectar a educação à realidade vivida pelos estudantes, de abordar os conteúdos contextualizados a situações cotidianas vivenciadas por eles. Como exemplo, cita que não basta explicar teoricamente o que significa juros compostos, mas demonstrar a lógica de cobrança dos cartões de crédito ou do cheque especial.

Tatiane aborda também o que signifi-

ca a educação de jovens e adultos em tempos de pandemia e discute estratégias que vêm elaborando para continuar promovendo essa educação nesse novo cenário. Apresenta duas perguntas norteadoras que a auxiliaram nesse processo: “quem é o meu aluno e para onde ele vai”. Descreve como, em tempos de distanciamento social, é mais difícil compreender o que se passa com cada aluno. Uma das primeiras compreensões foi a de que não adiantava fazer lives no Instagram ou postar vídeos no Youtube, em primeiro lugar, porque não eram acessados e, em segundo lugar, porque não se garantia os espaços de troca que caracterizam a educação popular.

A partir da constatação de que a maior parte dos alunos têm celular pré-pago, com internet limitada, percebeu-se que o WhatsApp era a ferramenta mais favorável a ser utilizada e por meio da qual se conseguia manter contato com os alunos. Foi a partir dessa compreensão que se começou a pensar em estratégias de ensino dentro dessa realidade. Começou-se a produção e a postagem de vídeos curtos, pequenas dicas, exercícios que poderiam ser realizados no celular, mensagens pessoais, para se estabelecer uma comunicação diária com os estudantes. Para garantir espaços de troca, foram criados os círculos virtuais, reuniões aos sábados, que discutem temas relacionados à vida dos estudantes como “covid-19 e reabertura do comércio”, “renda básica emergencial”. Foi ressaltada a importância do processo de ensino-aprendizagem estar conectado com a vida desse público, até mesmo para se tratar de temas estruturais, como racismo (contextualizando com exemplos de racismo que eles vivenciam no dia a dia).

Tatiane, por fim, chama a atenção para a atual realidade que muitos estão vivendo (perda do emprego, crise financeira, falta de alimentos...) e, à luz de Paulo Freire, indaga sobre quais são as necessidades pedagógicas em pauta neste momento. Finaliza defendendo que a educação é processo importante e estrutural na sociedade e que escola deve recuperar seu vínculo com a comunidade na qual está inserida, voltando a ser significada como espaço de pertencimento dos sujeitos da comunidade, como um lugar de lazer, segurança e confiança.

---



Foto por Max Kleinen